

## CNJ leva serviços da Justiça a comunidades ribeirinhas no Amapá

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) irá promoverá, no final de novembro, o projeto "Justiça Itinerante e Direitos Humanos". O projeto se alinha ao programa Justiça Itinerante Fluvial, que leva serviços da justiça até comunidades ribeirinhas de difícil acesso. O CNJ contará com o apoio do Tribunal de Justiça do Amapá (TJ-AP), bem como com a participação do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8) e com o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

Antônio Cruz/Agência Brasil



População ribeirinha terá acesso a diferentes serviços da Justiça  
Antônio Cruz/Agência Brasil

O programa vai oferecer serviços públicos jurisdicionais e administrativos a cidadãos que moram no Arquipélago de Bailique, localizado a cerca de 180 Km de Macapá. A operação mobiliza aproximadamente 70 servidores, que ficam cinco dias ancorados no posto avançado da Vila Progresso. Os moradores terão acesso a audiências cíveis, despachos, decisões e sentenças em conflitos possessórios, de família, criminais, da infância e juventude. Além de casamentos e palestras, emissões de documentos e atendimentos psicossociais.

A conselheira Tânia Regina Silva Reckziegel, coordenadora do Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas, lembra que o esforço é necessário para que esta população tenha acesso à Justiça.

"Trata-se de um direito fundamental e deve ser garantido a todos. Nós iremos visitar regiões que demandam 12 horas de barco para acesso. É imprescindível que o CNJ atue para levar a Justiça aos moradores e moradoras dessas comunidades, que muitas vezes não detêm meios de chegar a locais abrangidos pela unidade judiciária", diz.

A ideia de levar Justiça às comunidades distantes partiu do ator e diretor Wagner Moura, integrante do Observatório de Direitos Humanos. O Observatório busca fortalecer o diálogo sobre os direitos



---

humanos, com disseminação de valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva no Judiciário.

Essa ação não será uma novidade para os moradores do Bailique. A primeira visita documentada ao arquipélago ocorreu cerca de 25 anos atrás, em 22 de março de 1996. Na época, os servidores da justiça amapaense partiram em operação inédita em um corveta da Marinha do Brasil.

Virgílio Vieira, gerente administrativo do TJ-AP, é um dos organizadores da visita, mas por muitos anos fez as viagens como servidor para a prestação de atendimento. Para ele, levar a Justiça aos ribeirinhos é fornecer cidadania. "É uma transformação. Imagina ver um barco chegando e de repente esse barco vira uma sala de audiência, atendimento de serviço de assistência social", comenta.

Nas visitas, que ocorrem cinco vezes ao ano, além dos serviços jurisdicionais, outras instituições aproveitam para ir ao Bailique. Entre as parcerias estão: Defensoria Pública, Ministério Público do Amapá, Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Sanitária, Comissariado da Infância, Polícia Militar, Justiça Federal, Ministério Público Federal, Cartórios de Registros, Polícia Técnica, Companhia de Eletricidade do Amapá, Companhia de Água e Esgoto do Amapá, Incra e INSS. Virgílio destaca a importância das parcerias. "É muito bom porque o cidadão resolve tudo com rapidez e agilidade porque estão todos ali", argumenta.

Desta vez, com a iniciativa do CNJ, a missão vai além. "O objetivo é levar acesso à cidadania e a políticas públicas a comunidades que, para chegar ao centro urbano, precisam se submeter a uma viagem de barco que tem duração média de 12 horas", explica Reckziegel. *Com informações da assessoria do CNJ.*

**Date Created**

06/11/2021